

CARACTERÍSTICAS DO COMITÊ DE AUDITORIA E OS REFLEXOS NO GERENCIAMENTO DE RESULTADOS NAS EMPRESAS LISTADAS NA BM&FBOVESPA

PAULO ROBERTO DA CUNHA

FURB - Universidade Regional de Blumenau
paulocesa@furb.br

SUELI VIVIANI SANT'ANA

Universidade Regional de Blumenau - FURB
ssantana@furb.br

MAIKE BAULER THEIS

Universidade Federal de Santa Catarina
maike.contabilidade@hotmail.com

NAYANE THAIS KRESPI

Universidade Regional de Blumenau
nkrespi@al.furb.br

CARACTERÍSTICAS DO COMITÊ DE AUDITORIA E OS REFLEXOS NO GERENCIAMENTO DE RESULTADOS NAS EMPRESAS LISTADAS NA BM&FBOVESPA

1 INTRODUÇÃO

A prática de evidenciar mais informações contábeis e com maior qualidade de forma oportuna e uniforme ao mercado acionário proporciona maior credibilidade aos gestores, conciliando também a relação e igualdade de direitos entre os acionistas (GALLON; BEUREN; HEIN, 2007). É de total importância para os usuários da informação contábil, que estas revelações sejam úteis e que reflitam com fidelidade o conjunto de desempenho econômico e operacional, promovendo assim, possibilidades consistentes para a tomada de decisões (FALCAO, 1995).

Healy e Palepu, (1999), ressaltam que a falta da evidenciação promove a assimetria de informações entre os participantes do mercado, podendo causar tomada de decisões desajustadas quanto a real situação da empresa, e ainda dar benefícios para os que têm maior acesso às informações. Neste sentido, para assegurar que as demonstrações contábeis expressem a situação econômico-financeira e patrimonial da empresa é oportuno que sejam auditadas (CUNHA e BEUREN, 2006).

No que diz respeito à auditoria das demonstrações contábeis, a Resolução nº 1.203/2003, menciona que o objetivo da auditoria é de elevar o nível de confiabilidade nas demonstrações contábeis por parte dos usuários, destacando-se que este é alcançado por meio da declaração de opinião pelo auditor sobre a forma de elaboração dos demonstrativos, em todos os aspectos relevantes.

Para auxiliar o trabalho do conselho de administração, o IBGC, em seu código de melhores práticas de governança corporativa, destaca a importância da criação de comitês especializados. Do mesmo modo, incentiva estes conselhos a instituírem o comitê de auditoria em suas organizações no intuito de analisar as demonstrações financeiras, bem como, promover a supervisão da área financeira, e ainda garantir que a diretoria promova controles internos confiáveis.

De acordo com IBGC (2009), o Comitê de Auditoria é um mecanismo interno de Governança Corporativa, composto, preferencialmente, por membros do Conselho de Administração, que tem por responsabilidade supervisionar a gestão dos procedimentos internos, bem como assegurar que tais procedimentos sejam íntegros e eficazes para a produção de relatórios financeiros de qualidade, objetivando a proteção dos acionistas e demais usuários da informação contábil.

As diretrizes atribuídas ao comitê de auditoria associadas às características dos seus componentes contribuem para as organizações refletindo maior qualidade das demonstrações contábeis e maior segurança aos acionistas e investidores, desta forma proporcionando uma redução do gerenciamento de resultados. O gerenciamento de resultados de acordo com Goulart (2007) são interferências nos resultados contábeis, que visam o interesse das pessoas que preparam os demonstrativos, tanto na estrutura e apresentação, como na forma de divulgação dos itens que constam nas demonstrações contábeis. Em outras palavras, pode-se dizer que o gerenciamento de resultados são manipulações para alterar os resultados contábeis, no propósito de atender um objetivo particular.

Alguns estudos têm abordado a temática do comitê de auditoria em âmbito nacional como de Antunes (2006) que analisou os riscos dos sistemas de controles internos de uma entidade, no âmbito dos exames de auditoria de demonstrações contábeis. Furuta (2010) analisou as características das empresas que optaram por formar o Comitê de Auditoria ou o Conselho Fiscal adaptado sob o ponto de vista da

teoria da agência. No cenário internacional Abas, Sindezingue e Salama (2012) analisaram o impacto das características do comitê de auditoria no gerenciamento de resultados de 350 empresas do Reino Unido nos anos de 2006 e 2007.

Destaca-se que no cenário nacional foi encontrado o artigo de Cunha et al. (2013). Entretanto, para este estudo outras variáveis e modelo para cálculo de gerenciamento de resultados foram utilizados. Nesse sentido surge o problema desta pesquisa: As características do comitê de auditoria refletem no gerenciamento de resultados nas empresas listadas na BM&FBovespa? O objetivo deste estudo é verificar se as características atreladas ao comitê de auditoria refletem no gerenciamento de resultados nas empresas listadas na BM&FBovespa.

Esta pesquisa oferece uma contribuição para a governança corporativa e constata-se a necessidade deste estudo, pois apresenta as características qualitativas do comitê de auditoria como: qualificação profissional dos membros, denominada aqui de *expertise*, independência dos membros do comitê de auditoria, número de reuniões, número de membros e apresenta os efeitos que estas características podem refletir no gerenciamento de resultados. Percebe-se a possibilidade de exploração do tema no cenário nacional, tornando-se um processo construtivo com base em estudos que já iniciaram a exploração das características do comitê de auditoria, entretanto, verificado em âmbito nacional.

Este estudo está estruturado em seis seções, iniciando com essa introdução. Em seguida, apresenta o referencial teórico que aborda conteúdos sobre o comitê de auditoria, após apresenta os aspectos metodológicos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa, a descrição e a análise dos dados e, por fim apresenta as considerações finais do estudo.

2 COMITÊ DE AUDITORIA

O comitê de auditoria é um órgão da Governança Corporativa, constituído por membros do conselho de administração, que age em nome deste no sentido de operacionalizar os deveres e responsabilidades da função de supervisão da gestão dos processos internos, e na asseguarção da integridade e efetividade dos controles internos para a produção de relatórios financeiros, visando proteger interesses de acionistas e outras partes interessadas (IBGC, 2009).

A seção 205 da Lei *Sarbanes-Oxley* (SOX), de 31 de janeiro de 2002, prevê que o comitê de auditoria é um órgão estabelecido por e entre o conselho de administração para efeitos de supervisão da contabilidade e dos relatórios financeiros. Em sua seção 301, a mesma lei determina que o Comitê de Auditoria deve contratar, supervisionar e substituir os auditores independentes.

Verifica-se que o comitê de auditoria se constitui em órgão do conselho de administração, com a finalidade de cuidar de demandas específicas deste conselho. Estas demandas correspondem ao monitoramento e adequação dos controles internos, gestão dos riscos, geração de relatórios financeiros, atendimento de normas e leis e o controle e acompanhamento de demandas ligadas à auditoria independente e à auditoria interna.

A existência do comitê de auditoria, embora tenha ganhado destaque nos últimos anos por força da Lei *Sarbanes-Oxley* de 2002, já é concebida de longa data, como pode ser observado no Quadro 1.

ANO	EVENTO
1939	A <i>New York Stock Exchange</i> (NYSE) apresentou o conceito de comitê de auditoria ao reportar que sempre que possível, a seleção dos auditores por um comitê especial do conselho de diretores, composto por diretores que não são funcionários da empresa, se apresenta desejável.

1940	A SEC, por meio do <i>Accounting Series Release (ARS)</i> nº 19, recomenda o comitê de auditoria.
1967	O <i>American Institute of Certified Public Accountants (AICPA)</i> recomendou para as empresas de capital aberto nomear membros independentes para o comitê de auditoria.
1972	A SEC, por meio do <i>ARS</i> nº 123 e reforçado pelo <i>ARS</i> nº 126, recomenda que as empresas constituam o comitê de auditoria com membros externos a diretoria.
1977	Em janeiro de 1977 a <i>New York Stock Exchange (NYSE)</i> , por solicitação da SEC aprovou exigências para todas as empresas listadas em manter um comitê de auditoria, o qual deveria ser composto apenas por membros independentes.
1977	O conselho de administração do AICPA reforçou novamente a criação de comitês de auditoria e instigou os membros do AICPA para incentivar as empresas a criarem o comitê de auditoria. O conselho também solicitou a bolsa de valores americana a adotar o comitê de auditoria similar às exigências da NYSE.
1987	A <i>Treadway Commission</i> no seu relatório “ <i>Report of the National Commission on Fraudulent Financial Reporting</i> ” preconiza a constituição de comitês de auditoria composto somente por membros independentes.
1988	O AICPA emite o SAS 61 – <i>Communication with Audit Committee</i> abordando as questões envolvendo as comunicações entre o auditor independente, o comitê de auditoria e os gestores da empresa no relatório da SEC.
1999	Foi apresentado o relatório de recomendações sobre comitê de auditoria elaborado pelo <i>Blue Ribbon Committee</i> , que serviu de base para mudanças de regras de diversas entidades como NYSE, <i>National Association of Securities Dealers (NASD)</i> , SEC e AICPA.
2002	É promulgada a lei <i>Sarbanes Oxley Act</i> após uma sequência de escândalos corporativos e inclui o perito em informações financeiras como requisito para o comitê de auditoria.
2002	Em junho de 2002 a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) emitiu uma cartilha de recomendações sobre Governança Corporativa, na qual sugere que as empresas constituam o comitê de auditoria.
2004	O Conselho Monetário Nacional (CMN)/Banco Central do Brasil (BACEN) adotam a obrigatoriedade da criação do comitê de auditoria pelas instituições financeiras de grande porte.
2004	A SUSEP por meio da Resolução CNSP 118 de 2004 regula a criação do comitê de auditoria nas instituições de grande porte reguladas por esta autarquia.

Quadro 1 – Evolução história do comitê de auditoria.

Fonte: Adaptado de Birkett (1986) e Santos (2009).

Denota-se que o comitê de auditoria, inicialmente, foi sugerido como uma prática desejável para as empresas. Adiante, a criação deste órgão passou a ser recomendada por diferentes organismos reguladores de forma compulsória e com a implementação de ser um órgão constituído por membros independentes.

A partir da SOX (2002), observa-se maior atenção aos comitês de auditoria nas organizações, sendo considerado um elemento importante para a governança corporativa atribuindo maior garantia de qualidade das informações contábeis. Os comitês de auditoria passam a ser incluídos na governança corporativa e nas estratégias por transmitirem segurança aos investidores.

Os problemas de governança corporativa têm atraído cada vez mais a atenção das autoridades públicas, haja vista que promovem desajustes sociais no curto prazo (demissões, lacunas no mercado, etc.) e problemas potenciais no longo prazo, decorrentes da fuga dos investidores, aumento do custo de capital e redução de investimentos (SILVEIRA, 2004).

Cohen, Krishnamoorthy e Wright (2004) destacam que uma das mais importantes funções que a governança corporativa pode desempenhar é garantir o processo da informação financeira. Porém, as pesquisas têm encontrado uma associação entre as fraquezas na governança com a baixa qualidade das demonstrações contábeis, a manipulação de resultados, a fraude nas demonstrações contábeis e fraquezas nos controles internos (BEASLEY, 1996; DECHOW; SLOAN; SWEENEY, 1996; MCMULLEN, 1996; BEASLEY; CARCELLO; HERMANSON, 2000; CARCELLO; NEAL, 2000; KLEIN, 2002).

Nesse sentido, há necessidade de melhorar a Governança Corporativa sobre o processo das informações contábeis e promover melhoria da eficácia dos comitês de auditoria (BLUE RIBBON COMMITTEE, 1999; SARBANES-OXLEY ACT, 2002) e fazer com que o conselho de administração e gestores assegurem maior qualidade das demonstrações contábeis.

Paulo (2009) menciona que a qualidade da informação contábil pode ser considerada como um conjunto de dimensões (atributos), tais como persistência, conservadorismo, gerenciamento dos resultados contábeis, qualidade na mensuração dos *accruals*, transparência, nível de *disclosure*, relação dos números contábeis com o desempenho dos preços das ações ou do valor de mercado da firma.

No Brasil, a temática gerenciamento de resultados, desencadeou a partir da pesquisa de Martinez (2001). De acordo com este autor, a prática de gerenciar resultados contábeis, resulta em menor nível de qualidade informacional. Neste estudo, serão verificadas se as características do comitê de auditoria refletem na prática do gerenciamento de resultados.

Observa-se na literatura que características específicas do comitê de auditoria podem contribuir para a eficácia, especificamente na maior qualidade das demonstrações contábeis e consequente segurança da informação contábil aos acionistas e investidores.

2.1 Características do comitê de auditoria

Características do comitê de auditoria, como o número de membros (tamanho), o número de reuniões, a independência e *expertise* são observadas na literatura ao se relacionar o comitê de auditoria com o gerenciamento de resultados (XIE; DAVIDSON; DADALT, 2003; KRISHAN, 2005; BAXTER; COTTER, 2009).

Em relação à característica denominada número de membros (tamanho) do comitê de auditoria, o Blue Ribbon Committee (1999) menciona que este comitê deve ser composto, no mínimo, por três membros. O IBGC não especifica um número considerado adequado para a formação do comitê de auditoria, mas nos códigos de boas práticas de governança corporativa, fica subentendido que para se chegar ao número de membros deve-se considerar a especificidade da organização e o seu estágio de governança.

DeZoort et al. (2002) utilizaram o número de membros vinculados a recursos necessários para que se tenha um comitê de auditoria eficaz. DeZoort et al. (2002) postulam que dentre os recursos necessários para se ter um comitê de auditoria eficaz, inclui-se um número suficiente de membros que gere um debate substantivo e que trate de questões emergentes como o acesso à gestão, auditores externos e auditores internos.

Para a característica número de reuniões o IBGC (2009) já apresenta um posicionamento. O IBGC (2009) recomenda inicialmente que “o comitê de auditoria realize, com a periodicidade necessária, reuniões separadas ou conjuntas, conforme julgado apropriado, com a diretoria, auditoria interna, auditores independentes e demais membros do Conselho de Administração”.

Estas reuniões devem ocorrer de forma ordinária e extraordinária. O IBGC (2009) sugere que os conselheiros decidam quanto ao número de reuniões ordinárias no decorrer do mandato e que devam acontecer conforme as necessidades básicas para atuação do comitê, mas em consonância com o calendário do conselho de administração e se possível, em sintonia com o calendário de eventos da organização e do Conselho Fiscal, mediante interação com este. O IBGC (2009) sugere uma periodicidade mensal de reuniões. No que concernem as reuniões extraordinárias, o IBGC (2009) menciona que devam ocorrer tantas quantas se fizerem necessárias, para o entendimento da

organização e dos seus negócios e a solução de questões específicas ou novas. A frequência das reuniões deve considerar a complexidade dos negócios e do mercado e, ainda, estar alinhada às determinações de órgãos de regulação.

A característica independência se refere a capacidade de exercer julgamentos e demonstra-se na forma como se desempenha a função e é recomendado que o comitê de auditoria seja constituído, preferencialmente, por conselheiros independentes ou, pelo menos, a sua maioria (IBGC, 2009).

Por fim, tem-se a característica denominada de *expertise*, que se refere ao conhecimento e experiência que o membro do comitê de auditoria possui em contabilidade, auditoria e/ou finanças. O IBGC (2009) destaca que a maioria ou pelo menos um dos membros deva ter tal *expertise*. O Blue Ribbon Committee (1999), recomenda no mínimo três membros com conhecimento financeiro, ou buscar este conhecimento num período após sua nomeação. É destacado também, que pelo menos um destes membros deva ter conhecimentos aprofundados de contabilidade ou relacionados com gestão financeira.

3 METODOLOGIA

Para atender ao objetivo proposto, realizou-se uma pesquisa descritiva, documental e com abordagem quantitativa. Descritiva, pois analisa aspectos comuns às empresas brasileiras. Documental, visto que os dados utilizados foram extraídos dos relatórios contábeis publicados. Quantitativo, por apresentar métodos estatísticos para proceder a análise dos resultados.

3.1 População e amostra

A população do estudo é composta pelas empresas listadas na BM&FBovespa. Da população excluíram-se as instituições financeiras e as demais empresas que não possuíam comitês de auditoria mediante consulta do Formulário de Referência. Das empresas restantes, permaneceram as empresas que evidenciaram as características abordadas neste estudo: o tamanho, o número de reuniões, a independência e *expertise*, nos anos de 2010 e 2011.

Assim, a amostra compõe-se de 54 empresas listadas nos diferentes segmentos de governança corporativa da BM&FBovespa que evidenciaram informações sobre o comitê de auditoria relacionadas as características estudadas.

3.2 Hipóteses da pesquisa

Habbash, Sindezingue e Salama (2012) destacam que existe uma discussão intensa entre os pesquisadores sobre o tamanho do comitê de auditoria. DeZoort et al. (2002) utilizaram o número de membros vinculados a recursos necessários para que se tenha um comitê de auditoria eficaz. DeZoort et al. (2002) postulam que dentre os recursos necessários para se ter um comitê de auditoria eficaz, inclui-se um número suficiente de membros que gere um debate substantivo e que trate de questões emergentes como o acesso à gestão, auditores externos e auditores internos.

Berdard, Chturou e Courteau (2009) colocam que quanto maior este comitê mais eficiente e mais fácil a descoberta de possíveis problemas no processo de informação financeira. Xie, Davidson e Dadalt (2003) analisaram uma amostra de 282 empresas anos de 1992, 1994 e 1996 e não encontraram nenhuma associação significativa com o tamanho do comitê de auditoria e o gerenciamento de resultados. Bedard, Chtourou e Courteau (2004) analisaram uma amostra de 300 empresas norte americanas para medir a influência do comitê de auditoria no gerenciamento de resultados e Yang e Krishnan (2005) analisaram uma amostra de 250 empresas norte americanas entre os anos de

1996 e 2000. Ambas apresentaram uma relação insignificante entre o comitê de auditoria e o gerenciamento de resultados. Diante das exposições efetuadas, elabora-se a primeira hipótese de pesquisa:

H₁= Empresas com maior número de membros no comitê de auditoria (tamanho) possuem menor gerenciamento de resultados.

Sharma, Naiker, Lee (2009) destacam que algumas pesquisas retrataram que a frequência das reuniões do comitê de auditoria é um indicador importante na eficácia do comitê de auditoria. Bedard et al. (2004) encontraram uma relação insignificante entre o gerenciamento de resultados e o número de frequências de reuniões do comitê de auditoria. Os autores examinaram quais fatores são determinantes para a realização frequente de reuniões do comitê de auditoria. Os achados da pesquisa demonstraram que a existência de grande número de diretores, a independência do comitê de auditoria e um presidente independente do comitê de auditoria estão negativamente correlacionados com a frequência de reuniões. Outras variáveis associadas negativamente com a frequência da reunião incluem um auditor de empresas de auditoria *Big Four*. Nesse sentido, apresenta-se a segunda hipótese deste estudo:

H₂: As empresas com maior número de reuniões do comitê de auditoria possuem menor gerenciamento de resultados.

Abbott, Park e Parker (2000) examinaram como a independência e atividades executadas pelo comitê de auditoria, em conjunto, impactam na redução de práticas fraudulentas nas demonstrações financeiras. Beasley e Salterio (2001) utilizaram também a independência vinculada ao conselho de administração ao pesquisar características do conselho de administração com características do comitê de auditoria de empresas de capital aberto do Canadá.

Bronson et al (2009) analisam se a composição de um comitê de auditoria totalmente independente é necessário para obtenção de resultados eficazes de monitoramento, frente ao debate de amenizar as exigências da SOX para empresas pequenas e estrangeiras.

Klein (2002) ao utilizar uma amostra de 692 observações de empresas nos anos de 1992 e 1993, demonstra uma relação negativa entre o comitê de auditoria, em que a maioria dos membros são independentes e, o gerenciamento de resultados. Com base no exposto se estabelece a terceira hipótese de pesquisa:

H₃: As empresas com membros independentes no comitê de auditoria possuem menor gerenciamento de resultados.

Beasley e Salterio (2001) utilizaram a variável *expertise* ao pesquisar características do conselho de administração com características do comitê de auditoria de empresas de capital aberto do Canadá. A *expertise* tratada pelos autores se refere a conhecimento suficiente de contabilidade e auditoria.

DeZoort e Salterio (2001) investigaram se a *expertise* dos membros do comitê de auditoria e o conhecimento em demonstrações financeiras afetam suas decisões em situações de conflito entre o auditor independente e a gestão.

Diversos trabalhos constataram que comitê de auditoria com *expertise* financeira está associado com menor gerenciamento de resultados (ABBOT; PARKER; PETERS, 2004; BEDARD; CHTOUROU; COURTEAU, 2004). Os autores apontam para a

importância do comitê de auditoria com membros especializados em finanças e contabilidade. Os resultados indicam que não há relação significativa entre o conhecimento financeiro e contábil com o gerenciamento de resultados. Diante deste contexto surge a quarta hipótese desta pesquisa:

H₄: A expertise contábil e financeira dos membros do comitê de auditoria está associado a menor gerenciamento de resultado.

3.3 *Constructo e coleta dos dados*

Elaborou-se o *constructo* de modo a demonstrar as variáveis dependentes e independentes, a fonte de coleta de dados das variáveis, a identificação das hipóteses com o respectivo sinal esperado e os autores que sustentam a escolha das variáveis. O *constructo* está demonstrado no Quadro 2.

	Variáveis	Operacionalização	Fonte de dados	Autores
Dependente	Gerenciamento de Resultados	Modelo KS (1995) conforme equações 1 e 2	Economática	Kang e Sivaramakrishnan (1995)
Independente	Tamanho	Quantidade de membros no Comitê de Auditoria	Formulário de Referência	Xie; Davidson; Dadalt (2003), Bédard; Chtourou; Courteau (2004), Yang; Krishnan (2005), Bédard; Chturou; Corteau (2009), IBGC (2009), Habbash; Sindezingu; Salama (2012),
	Número de Reuniões	Número de reuniões do comitê de auditoria	Formulário de Referência	Bedard et al. (2004), Sharma; Naiker; Lee (2009), IBGC (2009)
	Independência	Número de membros independentes	Formulário de Referência	Klein (2002), Chang; Sun (2009), IBGC (2009), Lin; Hwang (2010)
	<i>Expertise</i>	Qualificação em áreas de contabilidade, auditoria e/ou finanças.	Formulário de Referência	Jiraporn et al. (2009), IBGC (2009)

Quadro 2 – Quadro das variáveis dependente e independentes

Fonte: dados da pesquisa.

Os dados da variável dependente de Gerenciamento de Resultados foi obtida por meio da base de dados da Economática®, assim que coletados, os mesmos foram tabulados em planilha eletrônica Microsoft Excel®.

Para as variáveis independentes (tamanho, número de reuniões, independência e *expertise*), analisou-se o site da BM&FBovespa, especificamente o Formulário de Referência onde foram coletados individualmente os dados, e na sequência construiu-se uma planilha eletrônica Microsoft Excel® para análise das informações.

3.4 *Análise dos dados*

Após a obtenção dos dados os mesmos foram tabulados em planilha eletrônica Microsoft Excel® e na sequência foram rodadas duas regressões estatísticas. A primeira regressão foi desenvolvida para se obter os valores do gerenciamento de resultados e a segunda teve o propósito de analisar a relação das demais variáveis do estudo (tamanho, número de reuniões, independência e *expertise*) com o gerenciamento de resultados. Os

resultados da segunda regressão estão expostos nas Tabelas 2 e 3, já os resultados da correlação, que também consideram as características como variáveis, estão na Tabela 4.

Para o cálculo do gerenciamento de resultados utilizou-se o modelo de Kang e Sivaramakrishnan (1995), conhecido como Modelo KS. A justificativa pela escolha do modelo baseia-se nos estudos de Martinez (2007), que afirma que este método é considerado o mais completo sob a ótica contábil e sob a ótica estatística. O modelo KS utilizado neste estudo está apresentado por meio das equações 1 e 2, descritos a partir de Martinez (2007).

$$AT = \phi_0 + \phi_1[\delta_1 Rec_{it}] + \phi_2[\delta_2 Desp_{it}] + \phi_3[\delta_3 At. Imob_{it}] + \varepsilon_{it} \quad \text{Equação 1}$$

$$AD = AT_{it} - \{\phi_0 + \phi_1[\delta_1 Rec_{it}] + \phi_2[\delta_2 Desp_{it}] + \phi_3[\delta_3 At. Imob_{it}]\} \quad \text{Equação 2}$$

Em que:

$$\delta_1 = \frac{C.Receb_{i,t-1}}{Rec_{i,t-1}}$$

$$\delta_2 = \frac{\Delta CGL - C.Rec_{it}}{Desp_{i,t-1}}$$

$$\delta_3 = \frac{DEPREC_{i,t-1}}{At.Imob_{i,t-1}}$$

$$AT_{it} = \text{Acumulações Totais} = \frac{(CGL - \text{Depreciação} \& \text{Amortização})}{\text{Ativo Total}}$$

Rec_{it} = Receita Líquida (excluindo tributações)

Desp_{it} = Custos e Despesas Operacionais antes da Depreciação & Amortização

CGL = Capital de Giro Líquido excluindo Disponibilidades, Financiamentos de Curto Prazo e Provisões de Impostos a Pagar

At. Imob._{it} = Ativo Imobilizado

C. Receber_{i,t-1} = Contas a Receber no período t-1

DEPREC_{i,t-1} = Despesas de Depreciação no período t-1

Explicando o modelo, as AD (Acumulações Discricionárias) são consideradas o mesmo que Gerenciamento de Resultados, portanto, utilizando os dados explicados na legenda e previamente coletados e também δ_1 , δ_2 e δ_3 já calculados, parte-se para a substituição destes valores na equação (I), em seguida calculam-se os valores de ϕ_0 , ϕ_1 , ϕ_2 e ϕ_3 por meio de regressão linear múltipla, no caso dessa pesquisa esses valores foram obtidos por meio do software SPSS 13.0. Nesta etapa faz-se a substituição dos valores provenientes da regressão também na equação (I) e obtêm-se as acumulações discricionárias (AD).

Por fim, substitui-se o valor de AT calculado pela fórmula (descrita na legenda) e o valor de AT encontrado com o cálculo da regressão na equação (I). Desta forma, o valor do AD será calculado, ou seja, o valor do gerenciamento de resultados estará calculado.

Com a obtenção dos resultados efetuou-se a divisão da planilha original, em duas novas planilhas, contendo uma os valores positivos e outra os valores negativos do gerenciamento de resultados calculados. Efetuou-se a divisão para testar as hipóteses deste estudo, desta forma considera-se separadamente os valores positivos e negativos.

5 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para a realização desta pesquisa analisou-se o gerenciamento de resultados, calculado por meio do modelo KS (Kang e Sivaramakrishnan). Em seguida realizou-se uma análise das quatro características analisadas do comitê de auditoria: tamanho, número de reuniões dos membros do comitê de auditoria, membros independentes e *expertise*.

Com a utilização do modelo KS, foi possível verificar que o gerenciamento de resultados apresenta-se sem significância nas empresas estudadas. Nesta pesquisa se adotou o nível de significância estimado de 5%. Observa-se na Tabela 1 que o resultado das médias dos anos de 2010 e 2011 ficaram bem superiores a este percentual, 11,9% e 10,5% respectivamente, o que indica que os dados são homogêneos. Na Tabela 1 apresenta-se a estatística descritiva do gerenciamento de resultados das empresas pesquisadas.

Tabela 1 – Estatística descritiva do gerenciamento de resultados

	Gerenciamento 2011		Gerenciamento 2010	
	Positivo	Negativo	Positivo	Negativo
Média	0.105	-0.091	0.119	-0.128
Desvio-padrão	0.085	0.080	0.083	0.085
Mínimo	0.006	-0.280	0.013	-0.294
Máximo	0.335	-0.002	0.343	-0.012

Fonte: Dados da pesquisa.

Percebe-se que o gerenciamento de resultados está presente, porém de forma não significativa. Em relação à média apresentada nos períodos de 2010 e 2011 o desvio padrão se mostrou baixo, permanecendo entre 0.085 e 0.080, deixando clara a homogeneidade dos dados. No comparativo entre os dois períodos, observa-se que há um gerenciamento maior em 2010, sendo 0,119 e -0,128.

A Tabela 2 evidencia o cálculo dos coeficientes de correlação (R) e de explicação (R²). Estas análises também se confirmam com o teste ANOVA que auxilia na comprovação dos cálculos dos coeficientes, contribuindo para a verificação da significância do modelo.

Tabela 2 – Coeficientes de explicação dos modelos

Ano	R	R ²	ANOVA	
			F	Sig
2011	0,202	0,041	0,409	0,845
2010	0,208	0,043	0,435	0,822

Fonte: Dados da pesquisa.

Ficou evidenciado que o coeficiente de correlação (R) e o coeficiente de explicação (R²) apresentam-se muito baixos nos períodos estudados. Em 2010 o coeficiente de correlação ficou um pouco mais elevado que 2011, com o percentual de 20,8%, enquanto que, o coeficiente de correlação de 2011 ficou em 20,2% constatando-se a falta de significância dos resultados. Quanto ao coeficiente de explicação (R²) para o exercício de 2011 resultou em 4,10% e em 2010 este coeficiente resultou em 4,3%. Observou-se uma queda de 4,8% no gerenciamento de resultados entre os períodos. Desta forma, evidencia-se que, com a utilização dos coeficientes de correção (R) e dos coeficientes de explicação (R²) não foi possível afirmar que estatisticamente o gerenciamento de resultados não tem relação com as características do comitês de auditoria estudadas, porém constata-se que nenhum dos dois modelos (2010 e 2011) são significantes, evidenciado pelo teste ANOVA.

A Tabela 3 apresenta os resultados individuais de cada característica observada na pesquisa, considerando os períodos 2010 e 2011 das 54 empresas analisadas.

Tabela 3 – Resultados por características do comitê de auditoria

Variáveis	2011	2010
-----------	------	------

	Coefficiente	Significância	Coefficiente	Significância
Constante	-0,024	0,051	0,050	0,394
Comitê de Auditoria	-0,021	0,062	-0,064	0,355
Tamanho	0,012	0,013	-0,003	0,817
Reuniões	0,002	0,005	0,004	0,569
Independência	-0,037	0,047	0,042	0,716
<i>Expertise</i>	0,019	0,033	-0,018	0,657

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao analisar a Tabela 3, percebe-se que em 2010 as cinco variáveis estudadas (comitê de auditoria, tamanho, reuniões, independência e *expertise*) não foram significantes ao nível de 5%, o que demonstra que neste período o gerenciamento de resultados não apresenta relação com as características analisadas. Já em 2011, as quatro variáveis independentes apresentaram significância ao nível de 5%, mesmo tendo um fraco poder explicativo.

Pode-se observar que alguns coeficientes da Tabela 3 apresentaram-se negativos, o que indica uma relação negativa entre as variáveis analisadas. Isto se percebe na variável da independência, que em 2011 ficou em -0,037, na variável tamanho que em 2010 ficou em -0,003 e na variável *expertise* que em 2010 ficou em -0,018. A relação negativa destas três variáveis indicam que quanto menor o coeficiente, maior será o gerenciamento de resultados ou ainda, quanto maior o coeficiente, menor será o gerenciamento de resultados.

Para análise da correlação entre as variáveis e o gerenciamento de resultados (GR) elaborou-se a Tabela 4.

Tabela 4 – Correlação entre as características do comitê de auditoria e o GR

Variáveis	Gerenciamento 2011	Significância	Gerenciamento 2010	Significância
Comitê de Auditoria	0,051	0,714	-0,177	0,201
Tamanho	0,151	0,276	-0,112	0,421
Reuniões	0,047	0,738	0,036	0,794
Independência	-0,077	0,578	0,026	0,853
<i>Expertise</i>	0,085	0,542	-0,102	0,463

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se na Tabela 4 que nenhuma variável apresentou significância ao nível de 5%, constatando-se dessa forma que todas as variáveis analisadas não tem relação significativa com o gerenciamento de resultados. Nesse sentido, não é possível considerar que existe relação entre as variáveis do comitê de auditoria com o gerenciamento de resultados, corroborando com os baixos valores de R e R², evidenciados na Tabela 2. Com relação a característica tamanho, a sua relação com o gerenciamento em 2010 apresenta fator negativo em -11,2% e em 2011 este percentual é de 15,1%, o que corrobora com o resultado verificado na Tabela 2, nos coeficientes de explicação (R e R²).

Os resultados apurados por Xie, Davidson e Dadalt (2003) ao analisarem uma amostra de 282 empresas nos anos de 1992, 1994 e 1996 não encontraram nenhuma associação significativa com o tamanho do comitê de auditoria e o gerenciamento de resultados. Os mesmos resultados foram declarados nos estudos de Bédard, Chtourou e Courteau (2004) que analisaram uma amostra de 300 empresas norte americanas para verificar a influência do tamanho do comitê de auditoria no gerenciamento de resultados e ainda, Yang e Krishnan (2005) que analisaram uma amostra de 250 empresas norte americanas entre os anos de 1996 e 2000. Ambas não apresentaram relação significativa

entre o tamanho do comitê de auditoria e o gerenciamento de resultados. Nesse sentido, é possível responder a primeira hipótese deste estudo de que empresas com maior número de membros no comitê de auditoria (tamanho) possuem menor gerenciamento de resultados. Constatou-se que nas 54 empresas analisadas neste estudo que a característica tamanho do comitê de auditoria, não apresenta correlação significativa com o gerenciamento de resultados.

Em relação à variável número de reuniões do comitê de auditoria o gerenciamento resultados apresentou um percentual de 4,7%, enquanto que ano de 2010 3,6%, novamente se confirma a falta de significância. A Tabela 4 mostra que os coeficientes ficaram bem acima do nível de 5%, ficando em 73,8% em 2011 e 79,4%, o que corrobora com o resultado verificado na Tabela 2, nos coeficientes de explicação (R e R²).

Sharma, Naiker, Lee (2009) investigaram em seus estudos que algumas pesquisas retrataram que a frequência das reuniões do comitê de auditoria é um indicador importante na eficácia do comitê de auditoria. Bedard et al (2004) encontraram uma relação sem significância entre o gerenciamento de resultados e o número de frequências de reuniões do comitê de auditoria. Pode-se desta forma, é possível responder a segunda hipótese de que as empresas com maior número de reuniões do comitê de auditoria possuem menor gerenciamento de resultados. Com base nos resultados desta pesquisa constata-se que não há significância na variável número de reuniões com gerenciamento de resultados em 2010 e 2011. A Tabela 4 deixa evidenciado que os percentuais ficaram muito distante do nível de significância estimado que é de 5%.

Quanto a variável independência, o gerenciamento de resultados apresentou um percentual de -7,7% em 2011 enquanto que ano de 2010, 2,26%, confirmando que não há significância. A Tabela 4 mostra que os coeficientes de significância ficaram bem acima do nível estimado de 5%, ficando em 57,8% em 2011 e 85,3% em 2010, o que corrobora com o resultado verificado na Tabela 2 pelos coeficientes de explicação (R e R²).

Esta característica pesquisada por Klein (2002), Sun e Cahan (2009), Lin e Hwang (2010), também não apresentou significância que interferisse no gerenciamento de resultados. Da mesma forma, nas empresas pesquisadas neste estudo, esta variável também não apresentou significância. Nesse sentido já é possível responder a terceira hipótese desta pesquisa, as empresas com membros independentes no comitê de auditoria possuem menor gerenciamento de resultados.

Quanto à variável *expertise*, o gerenciamento de resultados apresentou um percentual de 8,5% em 2011 enquanto que ano de 2010 -10,2%, se confirmando a falta de significância. A tabela 4 deixa evidenciado que os coeficientes de significância ficaram bem acima do nível estimado de 5%, ficando em 54,2% em 2011 e 46,3% em 2010, o que corrobora com o resultado verificado na Tabela 2, nos coeficientes de explicação (R e R²).

Jiraporn et al. (2009) constataram em seus estudos que o comitê de auditoria com especialistas em contabilidade e finanças desempenham um papel muito importante no processo de informação financeira e apontaram para a importância do comitê de auditoria ser integrado por profissionais de contabilidade ou especialistas financeiros. Os resultados da pesquisa indicaram que não há relação significativa entre o conhecimento financeiro e contábil com o gerenciamento de resultados. Diante deste contexto pode-se responder a quarta hipótese desta pesquisa: se existe uma associação negativa entre a presença de um especialista financeiro no comitê de auditoria e o gerenciamento de resultado. Constatou-se que nas 54 empresas analisadas neste estudo

que a característica *expertise*, não apresenta correlação significativa com o gerenciamento de resultados no ano de 2010, entretanto, para o ano de 2011, apresentou significância conforme se observa na Tabela 4. Assim, não se conclui com este estudo que a *expertise* contábil e financeira dos membros do comitê de auditoria está associado a menor gerenciamento de resultado, como enunciado na hipótese 4,

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo verificar se as características atreladas ao comitê de auditoria refletem no gerenciamento de resultados nas empresas listadas na BM&FBOVESPA. Para tal, realizou-se pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa, realizada por meio de análise documental em uma amostra composta por 54 companhias abertas participantes da BM&FBovespa.

Para a realização deste estudo inicialmente calculou-se o valor do gerenciamento de resultados de cada empresa por meio do Modelo de Kang e Sivaramakrishnan (1995), conhecido como Modelo KS. Posteriormente utilizou-se o Teste Anova para verificar se havia diferença estatística entre o gerenciamento de resultados das empresas listadas no site da BM&F Bovespa.

Com a utilização do modelo KS, foi possível verificar que o gerenciamento de resultados apresentou-se sem significância nas empresas estudadas. O resultado das médias dos anos de 2010 e 2011 ficou superior ao nível médio estimado. Após, separou-se a amostra analisada em dois grupos (gerenciamento de resultados positivo e gerenciamento de resultados negativo) e constatou-se um desvio padrão baixo, o que indica que os resultados são homogêneos.

Constatou-se que tanto o coeficiente de correlação (R) como o coeficiente de explicação (R²) são muito baixos, o que indica que as variáveis do comitê de auditoria não tem relação com o gerenciamento de resultados, nos dois períodos analisados. Observou-se que nenhum dos dois modelos de 2010 e de 2011 são significantes e que não é possível considerar que existe relação entre as variáveis do comitê de auditoria com o gerenciamento de resultados.

Na análise dos coeficientes das variáveis, constatou-se que em 2010 as quatro variáveis estudadas (tamanho, reuniões, independência e *expertise*) não foram significantes ao nível de 5%, ficando claro que neste período o gerenciamento de resultados não apresenta relação com as características analisadas. No entanto, em 2011, as quatro variáveis apresentaram significância ao nível de 5%, mesmo tendo um fraco poder explicativo.

Os resultados encontrados refutam as hipóteses estabelecidas neste estudo e corroboram com o estudo de Cunha et al. (2013). Entretanto, cabe destaque a limitação encontrada no que tange a baixa quantidade de empresas que possuem comitê de auditoria. Considera-se o tema relevante no meio acadêmico e empresarial, pois há a necessidade de se fortalecer o entendimento das características atreladas ao comitê de auditoria, haja vista a sua relevância numa organização, ao passo que ao se constituir um comitê de auditoria, tais características mereçam ser observadas. Assim, recomenda-se acompanhar a evidenciação destas informações no país, possibilitando futuramente uma amostra mais abrangente de modo que possa ser replicado o estudo, admitindo-se também a inclusão de outras variáveis.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, A.; ROSSETTI, J. P. **Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimentos e tendências.** São Paulo: Atlas, 2006.

ABBOTT, L. J., S. PARKER., G. F. PETERS. Audit committee characteristics and restatements. **Auditing: A Journal of Practice and Theory**, v.23, n.1, p. 69-87, 2004.

ANDREZO, A. F.; LIMA, I. S. **Mercado Financeiro: aspectos históricos e conceituais**. FIECAFI/USP. São Paulo: Pioneira, 1999.

ANTUNES, J.. Lógica nebulosa para avaliar riscos na auditoria. **Revista de Contabilidade e Finanças**. Edição comemorativa, p. 80-91. Set. 2006.

BAZERMAN, M.. LOEWENSTEIN, G.. MOORE D. A. Bons **Contadores, más auditorias**: veja por quê. *Havard Business Review*. v. 80, n.11, Nov. 2002.

BEASLEY, M. S. e SALTERIO, S. E. The relationship between board characteristics and voluntary improvements in audit committee composition and experience. **Contemporary Accounting Research**. v. 18, n. 4, p. 539-570,2001.

BEDARD, J., S. M. CHTOUROU, L. CORTEAU. The effect of audit committee expertise, independence, and activity on aggressive earnings management. **Auditing: A Journal of Practice & Theory**. v. 23, n.2, p.13-35. 2004.

BIRKETT, B. S. The recent history of corporate audit committees. **The Accounting Historians Journal**. v. 13, n. 2, p. 109-124. Fall, 1986.

BLUE RIBBON COMMITTEE. **Reporting and recommendations of the Blue Ribbon Committee on improving the effectiveness of corporate audit committee**. New York: New York Exchange and National Association of Securities Dealers. 1999.

BOVESPA – BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO. 2012. Disponível em: www.bovespa.com.br. Acesso em: 15 ago. 2012.

BRONSON, S. N., CARCELLO, J. V.; HOLLINGSWORTH, Carl W.; NEAL, Terry L. Are fully independent audit committees really necessary? **Journal of Accounting and Public Policy**. v. 28, v. 4, p. 265-280 , 2009.

CARCELLO, Jo. V.; NEAL, T. L. Audit Committee composition and auditor reporting. **The Accounting Review**. v. 75, n.4, p, 453-467, Oct. 2000.

CARCELLO, J.V.; HERMANSON, D. R.; NEAL, T. L. Disclosures in audit committee charters and reports. **Accounting Horizons**. v. 16, n. 4, p. 291-304, dec. 2002.

CARVALHO, N. L. RICARDINO, Á.. Breve retrospectiva do desenvolvimento das atividades de auditoria no Brasil. **Revista Contabilidade e Finanças**. v. 15, n.35. São Paulo, mai/ago, 2004. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1519-70772004000200002>.

COATES IV, John C. The goal and promise of the Sabanes Oxlei act. **Journal of Economics Perspectives**. v.21, n.1. p.91-116, Winter. 2007.

COHEN, J.. GAYNER, L. M., KRISHNAMOORTHY, G.WRIGHT, ARNOLD M. Auditor Communications with the Audit Committee and the Board of Directors: Policy

recommendations and opportunities for future research. **Accounting Horizons**. v.21, n. 2. jun. 2007.

COLLIER, P. A. The rise of the audit committee in UK quoted companies: a curious phenomenon. **Accounting, Business and Financial History**. v.6, n.2, p.121-140. 1996.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução 1.203**, de 27 de novembro de 2009. Aprova a NBC TA 200 – Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria, Brasília: 2009.

CUNHA, P. R. da; BEUREN I. M. Técnicas de amostragem utilizadas nas empresas de auditoria independente estabelecidas em Santa Catarina. **Revista Contabilidade e Finanças**. v. 17, n. 40, p. 67–86. Abr.2006. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1519-70772006000100006>.

CUNHA, P. R. da; HILLESHEIM, T.; FAVERI, D. B. de; RODRIGUES JÚNIOR, M. M. Características do comitê de auditoria e o gerenciamento de resultados: um estudo nas empresas listadas na BM&FBovespa. In: CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 10., 2013, São Paulo. **Anais...** São Paulo/SP: FEA, 2013.

DECHOW, P. M.; SLOAN, R. G.; SWEENEY, A.. Causes and consequences of earnings manipulation: an analysis of firms subject to enforcement actions by the SEC. **Contemporary Accounting Research**. v. 13, n. 1, p. 1-36. Spring, 1996.

DELLOIT S., David B. TOUCHE S. Audit Committee Chair and Accounting Expert's "Busyness", Audit Committee Chair and Accounting Expert's' Expertise, and Financial Reporting Quality.

DEZOORT, F Tood; HERMANSON, Dana R.; ARCHMBEAULT, Deborah S. e REED, Scoot A.. Audit committee effectiveness: a synthesis of the empirical audit committee literature. **Journal of Accounting Literature**. v. 21, p. 38-75. 2002.

FALCÃO, E. **Divulgação em demonstrações financeiras de companhias abertas**. São Paulo: FIPECAFI - FEA/USP, set. 1995. (Caderno de Estudos, n. 12).

FAMA, E., e M. Jensen.. A separação entre propriedade e controle. **Revista de Direito e Economia** v. 26, p. 301-325, 1983.

FURUTA, F.. **A relação das características das empresas com a adoção do comitê de auditoria x conselho fiscal adaptado**. 2010. 189 fls. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) - Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração, e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GALLON, A. V.; BEUREN, I. M.; HEIN, N. Análise da relação entre evidenciação nos relatórios da administração e o nível de governança das empresas na Bovespa. **Revista de Informação Contábil**, v. 1, n.2, p.18-41, out-dez, 2007.

GOULART, A. M. C. **Gerenciamento de resultados contábeis em instituições financeiras no Brasil**. 2007. 219 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) Programa

de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade do Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

HABBASH, M; SINDEZINGUE, C; SALAMA. A. The effect of audit committee characteristics on earnings management: evidence from the United Kingdom. **International Journal of Disclosure and Governance**. v. 10, p. 13-38. 2013. doi:10.1057/jdg.2012.2

HEALY, P. M, WAHLEN, J. M.. A review of the earnings management literature and its implications for standard setting. **Accounting Horizons**, Sarasota, v. 13, n. 4, p. 365, 19 pgs. 1999.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Guia de orientação para o gerenciamento de riscos corporativos**. Coordenação: Eduarda La Rocque. São Paulo: IBGC, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). **Código das melhores práticas de governança corporativa**. 4. ed. São Paulo: IBGC, 2009.

JIRAPORN, P. M. SINGH, e C. LEE. Governança corporativa ineficaz: ocupação Diretor, membros do conselho do comitê. **Journal of Banking & Finance**. n.33, p.819-828, 2009.

KALBERS, L.P. e T. FOGARTY. Audit committee effectiveness: na empirical investigation on the contribution of Power. **Auditing: A Journal of Practice & Theory**. v. 12: p.24-48, Spring, 1993.

KLEIN, A. Audit committee, board of director characteristics, and earnings Management. **Journal of Accounting and Economics**. v.33, p.375–400, 2002.

KRISHNAN, J. Audit committee quality and internal control: an empirical analysis. **The Accounting Review**, v. 80, n. 2, p. 649-675, apr. 2005.

LAWRENCE, J.A.. PARKER, S. The effects of audit committee activity and independence on corporate fraud. **Managerial Finance**. v. 26, n. 11; ABI/INFORM Global, p. 55, 2000.

LIN, J. W., HWANG, M. I. Audit Quality, Corporate Governance, and Earnings Management: A Meta-Analysis. **International Journal of Auditing**. v. 14, n. 1, p.57-77, 2010.

MARTINEZ, A. L. **Gerenciamento dos resultados contábeis: estudo empírico das companhias abertas brasileiras**. 2001. 153 fls. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis), Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração, e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MENON, K., e J.D. WILLIAMS. O uso de comitês de auditoria para o monitoramento. **Journal os Accounting and Public Policy**. v.13, p.121-139, 1994.

PAULO, E. **Qualidade das informações contábeis na oferta pública de ações de debêntures pelas companhias abertas brasileiras**. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 9., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2009. CD-ROM.

PEASNELL, K. V., P. F. POPE, S. YOUNG. Board Monitoring and Earnings Management: Do Outside Directors Influence Abnormal Accruals? **Journal of Business Finance & Accounting**. v. 32, p.1311-1346, 2005.

SILVEIRA, A. D. M. **Governança Corporativa e Estrutura de Propriedade: Determinantes e Relação com o Desempenho das Empresas no Brasil**. Tese (Doutorado) Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SIRQUEIRA, A. B. **Governança corporativa e otimização de portfólios: A relação entre risco e retorno e boas práticas de governança**. Dissertação (mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007.

SHARMA, V.. NAIKER, V.. LEE, B.. Determinants of Audit Committee Meeting Frequency: Evidence from a Voluntary Governance System. **American Accounting Association**. v. 23, n. 3, 2009. DOI: 10.2308/acch.2009.23.3.245.

SUN, J., S. CAHAN. The effect of compensation committee quality on the sociation between CEO cash compensation and accounting performance. **Corporate Governance: An International Review**. v. 17, p.193-207, 2009.

XIE, B., DAVIDSON, W., & DADALT, P. Lucro de gestão e governança Corporativa: as funções do conselho e do comitê de auditoria. **Journal of Corporate Finance**. 2003.

YANG, J. S. e KRISHNAN, J. **Comitês de Auditoria e Gestão dos ganhos trimestrais**. Revista Internacional de Auditoria. v. 9, n.3, p.201-219, 2005.